



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CNPJ 45.318.995/0001-71**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE PEDREGULHO/SP.**

**PROCESSO N°.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA/SP**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 45.318.995/0001-71, com sede na Rua: Barão de Rifaina, nº. 251, centro, na cidade de Rifaina/SP, por intermédio de sua procuradora, mandato legal, vem mui respeitosamente a ilustre presença de Vossa Excelência, propor a presente **AÇÃO DE RESTITUIÇÃO em face do BANCO SANTANDER**, inscrita sob o CNPJ nº 90.400.888/0001-42, que deverá ser citada na pessoa de seu representante legal com endereço localizado na Agencia Santander 0465, Rua Vicente de Ouro Preto, nº 165, centro, no Município de Rifaina, local onde a parte autora mantém conta, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

## DOS FATOS

Em meados de julho, a gerente do Banco Santander com sede no Município de Rifaina, em contato com o Assessor Especial de Gabinete da Prefeitura Municipal de Rifaina, o Sr. Luiz Carlos dos Santos, comunicou que em breve seria necessário realizar a atualização do *token* da conta que a parte autora possui junto a essa instituição financeira, tendo em vista que o dispositivo estava prestes a ser desativado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71



fls. 2  
**RIFAINA**  
A cidade que a gente faz!  
Governo 2017/2020

Ato contínuo, na última semana do mês de setembro de 2018, Luiz Carlos dos Santos passou a receber várias ligações onde o interlocutor, que se dizia chamar Salas, identificava-se como gerente geral da conta desse ente público junto ao Banco Santander e informava que uma pessoa chamada Fernanda Camila de Oliveira, também funcionária dessa instituição financeira, entraria em contato por telefone, mais especificamente na data do dia 1º de outubro próximo, para realizar o procedimento de atualização supramencionado.

Cumprе ressaltar que o interlocutor fez uso do nome verdadeiro do então gerente regional responsável pela conta em nome da Prefeitura Municipal de Rifaina: Sr. Salas. **Ocorre que, posteriormente foi descoberto que na data da ligação esse funcionário já havia se aposentado, tendo deixado então de fazer parte do quadro de funcionários do Banco, e ninguém da instituição financeira comunicou tal fato à parte Autora e nem mesmo quem passaria a ser o novo gerente. Tendo a parte Ré falhado com seu dever de informar.**

Foi então que, na data do dia 1º de outubro, por volta das 8h30 da manhã, uma pessoa ligou para o Sr. Luiz Carlos e, confirmando o nome informado pelo suposto gerente Salas, se identificou como sendo Fernanda Camila, funcionária do banco ré, agendou o procedimento de atualização para às 10h00 desse mesmo dia.

Conforme o combinado, a pessoa que se identificou como Fernanda Camila retornou então a ligação às 10h00 e se dizendo ser a pessoa responsável pela atualização do *token*, para que o procedimento pudesse ter início, pediu para que o Sr. Luiz Carlos entrasse no site do Banco Santander utilizando a senha pessoal e o usuário como de costume.

Quando na página do Santander internet banking ela solicitou para que Luiz Carlos entrasse em uma aba específica e a partir daí abriu uma janela idêntica àquela em que se coloca o número do *token* nas transações rotineiras realizadas pela parte Autora.

A partir daí foi mencionado pela suposta funcionária que seria necessário que o Sr. Luiz Carlos digitasse de 5 a 10 vezes a sequência fornecida pelo *token*. E assim foi feito. Foram efetivamente realizadas cinco supostas atualizações e após isso foi pedido



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CNPJ 45.318.995/0001-71**

pela funcionária para que se aguardasse um período de duas horas para reutilizar o sistema via internet.

Após aguardar o período solicitado, às 13h10 do mesmo dia, outro servidor da prefeitura, o Sr. Pedro Henrique Ferreira Redondo, no intuito de consultar o saldo existente na conta da parte Autora, percebeu que haviam sido realizadas 5 transferências – TED - para cinco contas diferentes (valores e contas abaixo especificados) e nenhuma delas haviam sido realizadas por qualquer servidor da Prefeitura, ou seja, foi constatado que, pelo contato telefônico anteriormente realizado, o ente municipal havia na verdade sido vítima de uma fraude.

Segue abaixo o detalhamento das contas e valores transferidos, conforme documento em anexo (DOC 1), **tendo as transferências totalizado um valor de R\$ 145.583,00 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais).**

- 1- R\$ 29.980,00 para conta de MURIELLY DE SOUSA SANTOS (vinte e nove mil, novecentos e oitenta reais)
- 2- R\$ 29.870,00 para conta de JUCILENE GOMES DE SOUZA (vinte e nove mil, oitocentos e setenta reais)
- 3- R\$ 28.856,00 para conta de MILANE B MACIEL (vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais)
- 4- R\$ 29.877,00 para conta de CELWTO LIMA DAS VIRGENS (vinte e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais)
- 5- R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) para conta de LUCAS PRADO

Ao perceber o golpe, o Sr. Luiz Carlos imediatamente entrou em contato com um funcionário do banco local, o Sr. Douglas, informando o ocorrido e esse último repassou a situação ao Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC do Banco Santander.

Ocorro Excelência, que causou muita estranheza a autorização imediata das transações pelo Banco, tendo em vista que ele agiu de modo contrário ao de costume quando da autorização de transferência de valores.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71



fls. 4  
**RIFAINA**  
A cidade que a gente faz!  
Governo 2017/2020

Explico. É que na época dos fatos, todas as vezes que transferências - TEDs eram feitas para um novo favorecido, se fazia necessária a realização um prévio cadastramento no internet *banking* e, então, a partir daí é que a conta era liberada para transações futuras, incluídas aí a transferência de valores (DOC 2).

**Na transações fraudadas, todos eram fornecedores não cadastrados e em momento algum foi solicitado ou realizado pela parte Ré esse pré-cadastramento. Ademais, nenhum representante da Prefeitura Municipal de Rifaina fora comunicado quando das altas e seguidas movimentações ocorridas, tendo a instituição financeira então, novamente falhado gravemente, e agora por 3 (três) vezes, com seu dever de informar.**

Por fim, cumpre informar que a parte autora, conforme documentos em anexo (DOC 3), entrou em contato com a parte Ré e também com o Banco Central para tentar uma conciliação, tendo sido devolvidos nas datas dos dias dia 18 de outubro e 28 de novembro de 2018 tão somente valores parciais de 2 (duas) transferências, quais sejam: R\$ 12.555,20 (mil reais) e R\$ 9.539,43; **restando ainda um desfalque de R\$ 123.488,37 (cento e vinte e três, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos).**

## DO DIREITO

### **I - DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DIANTE DE FRAUDES NO SISTEMA BANCÁRIO E DE OMISSÃO NO DEVER DE INFORMAR**

O Código de Defesa do Consumidor define, de maneira bem nítida, que o consumidor de produtos e serviços deve ser agasalhado pelas suas regras:

**"Art. 3º. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação,**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71



fls. 5  
**RIFAINA**  
A cidade que a gente faz!  
Governo 2017/2020

**exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestações de serviços(...)**

**§ 2º. Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista."**

Com esse postulado, o Código de Defesa do Consumidor consegue abarcar todos os fornecedores de produtos ou serviços – sejam eles pessoas físicas ou jurídicas – ficando evidente que devem responder por quaisquer espécies de danos porventura causados aos seus tomadores.

Com isso, fica espontâneo o vislumbre da responsabilização do Banco Réu sob a égide da Lei nº 8.078/90, visto que se trata de um fornecedor de serviços que, independentemente de culpa, causou danos efetivos a um de seus consumidores.

Desse modo, tendo em vista que o CDC é aplicável às instituições financeiras (art. 3º § 2º do CDC e Súmula 297 do STJ), a todas elas se aplica a regra do art. 14 do CDC, *in verbis*:

*CDC. Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. (grifo nosso)*

O *caput* do referido artigo 14 do CDC prevê a regra da **responsabilidade civil objetiva**, isto é, independentemente de culpa. Por sua vez, o § 3º do mesmo artigo trata das causas de exclusão de responsabilidade do fornecedor de serviços. Confira:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71



fls. 6  
**RIFAINA**  
A cidade que a gente faz!  
Governo 2017/2020

*CDC. Art. 14. § 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.*

Como se vê, dentre as causas de exclusão da responsabilidade do fornecedor está a culpa exclusiva do consumidor ou terceiro. Por conta disso, as instituições bancárias, erroneamente, em situações como a abertura de conta corrente por falsários, clonagem de cartão de crédito, roubo de cofre de segurança ou violação de sistema de computador por crackers, no mais das vezes, passaram a alegar a excludente da culpa exclusiva de terceiros, sobretudo quando as fraudes praticadas eram reconhecidamente sofisticadas.

Instado a se manifestar sobre a questão, de modo contrário à tese alegada pelas instituições financeiras, o **STJ firmou a orientação de que estas situações configuram *fortuito interno***, pois relacionam-se com os riscos da própria atividade econômica dos bancos e, por isso, não excluem o dever dos bancos de indenizar. **Vale dizer: a ocorrência de fraudes ou delitos contra o sistema bancário, dos quais resultam danos a terceiros ou a correntistas, insere-se na categoria doutrinária de *fortuito interno*, pois fazem parte do próprio risco do empreendimento e, por isso mesmo, previsíveis e, no mais das vezes, evitáveis.**

Segundo a doutrina e a jurisprudência do STJ, o fato de terceiro só atua como excludente da responsabilidade quando tal fato for *inevitável e imprevisível*. Portanto, a culpa exclusiva de terceiros apta a elidir a responsabilidade objetiva do fornecedor é espécie do gênero *fortuito externo*, assim entendido aquele fato que não guarda relação de causalidade com a atividade do fornecedor, absolutamente estranho ao produto ou serviço.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71



fls. 7  
**RIFAINA**  
A cidade que a gente faz!  
Governo 2017/2020

Assim sendo, a Súmula 479 do STJ foi criada no ano de 2012 para fixar a responsabilidade objetiva das instituições financeiras por fraudes e delitos praticados por terceiros (como, por exemplo, abertura de conta corrente por falsários, clonagem de cartão de crédito, roubo de cofre de segurança ou violação de sistema de computador por crackers), porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como *fortuito interno*. Senão vejamos:

**STJ/Súmula 479:** *As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.*

Seguindo a mesma linha de raciocínio, já tínhamos a Súmula 28 do STF, criada no ano de 1963:

*STF/Súmula 28: O estabelecimento bancário é responsável pelo pagamento de cheque falso, ressalvadas as hipóteses de culpa exclusiva ou concorrente do correntista*

Desse modo, atualmente, nas mais altas Cortes do país, ficou consolidado o entendimento de que as fraudes ou delitos contra o sistema bancário, dos quais resultam danos a terceiros ou a correntistas (tais como a abertura de conta corrente por falsários, clonagem de cartão de crédito, roubo de cofre de segurança ou violação de sistema de computador por crackers, etc), configuram *fortuito interno*, pois fazem parte do próprio risco do empreendimento e, por isso, não livram o banco do dever de indenizar.

É notório que as ações fraudulentas de estelionatários que se passam por representantes de banco, como ocorrido no caso em testilha, estão cada vez mais frequentes em nosso cotidiano. Um dos golpes mais aplicados acaba por ser o que



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA**

ESTADO DE SÃO PAULO

**CNPJ 45.318.995/0001-71**

ocorreu com a parte Autora da presente demanda, onde o suposto representante de uma instituição financeira liga para determinada pessoa com o objetivo de atualizar o sistema e, no intuito de passar credibilidade, os criminosos se utilizam de dados verdadeiros da vítima e a respeito de suas contas, as fazendo crer que de fato a atualização está sendo realizada.

No presente caso, a despeito da parte autora ter digitado a numeração do *token*, ela só o fez porque acreditou estar na plataforma virtual do banco e o fez devido a um contato telefônico que lhe informou corretamente dados pessoais, bem como se apresentou como sendo o verdadeiro gerente regional da conta.

Diante de tais fatos, a instituição bancária deve ser responsabilizada, uma vez que, além de referida situação se caracterizar como sendo fortuito interno, **constata-se ainda a ocorrência 3 (três) grandes falhas na prestação de seu serviço, quais sejam:**

- Quando deixou de solicitar a realização de um cadastramento prévio, como habitualmente é feito em todas as transações bancárias dessa espécie
- TED,
- Quando não avisou a parte autora a respeito da troca de gerente regional da conta,
- Quando não comunicou a parte autora sobre as altas e seguidas movimentações em sua conta (movimentação estranha), ainda mais tratando-se ela de pessoa jurídica de direito público interno que movimenta, portanto, dinheiro público.

É que segundo interpretação do Código de Defesa do Consumidor, acaba por ser um DEVER da instituição bancária informar ao correntista quando há qualquer tipo de modificação ou alteração no tocante a conta, bem como a ocorrência de movimentações bancárias estranhas ao perfil do cliente e, quando isso não ocorre,





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71



fls. 9  
**RIFAINA**  
A cidade que a gente faz!  
Governo 2017/2020

resta configurada a má prestação de serviço por parte da instituição bancária, afastando-se assim as causas que poderiam ser consideradas como fortuito externo.

Portanto, é possível concluir que diante da má prestação de serviço, isto é, OMISSÃO DO BANCO EM SOLICITAR UM CADASTRAMENTO PRÉVIO, AVISAR O CLIENTE SOBRE A TROCA DO GERENTE RESPONSÁVEL PELA CONTA, BEM COMO AVISAR O CLIENTE SOBRE MOVIMENTAÇÕES ESTRANHAS EM SUA CONTA, há a configuração de sua responsabilidade.

Nesse sentido é a atual jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, senão vejamos:

APELAÇÃO – FRAUDE BANCÁRIA – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO E AÇÃO MONITÓRIA – SENTENÇA RECONHECENDO CONCORRÊNCIA DE CULPAS. FRAUDE BANCÁRIA – **Ligação recebida pelo correntista por terceiro falsário, que se passava por preposto da casa bancária, munido de dados sensíveis dos correntista – Confirmação de dados que levou à subtração de vultosa quantia detida pelos particulares – Culpa exclusiva da vítima – Inocorrência – Fortuito interno – Responsabilidade objetiva da causa bancária – Reparação integral.** SENTENÇA REFORMADA – RECURSO DOS AUTORES PROVIDO – RECURSO DO RÉU DESPROVIDO.(TJ-SP - AC: 10106644020188260100 SP 1010664-40.2018.8.26.0100, Relator: Sergio Gomes, Data de Julgamento: 07/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/05/2019)

APELAÇÃO. AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. TRANSAÇÕES BANCÁRIAS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71



**RIFAINA**

A cidade que a gente faz!

Governo 2017/2020

fls. 10

NEGADAS. Movimentações financeiras na conta de titularidade do autor que implicaram em transferência de valores e transação com cartão de crédito - Relação de consumo – Inversão do ônus da prova – **Incumbe à casa bancária, para se eximir da responsabilidade objetiva, provar a culpa exclusiva da vítima ou de terceiro – Hipótese em que a só alegação de que a transferência bancária ocorreu com oposição de senhas pessoais e eletrônica não possui o condão de eximir a Instituição Financeira de responsabilidade – Necessidade de provar a imputação de que as transações foram realizadas pelo correntista ou por terceiro mediante facilitação do acesso a dados pessoais de segurança – Prova não produzida – Inexigibilidade de valores lançados, bem como de estorno dos debitados – Danos morais não reconhecidos – Ação julgada parcialmente procedente – Sentença confirmada - Recurso DESPROVIDO.(TJ-SP - AC: 10361892420188260100 SP 1036189-24.2018.8.26.0100, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 13/05/2019, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/05/2019)**

RECURSO – Apelação – "Ação declaratória de inexistência de débito c. c. pedido de tutela antecipada, consignação em pagamento e condenação em danos morais" – Insurgência contra a r. sentença que julgou improcedente a demanda – Admissibilidade parcial – Cerceamento de defesa não configurado – Aplicação das regras do CDC – **Apelado que foi vítima de "golpe", realizado através de contato telefônico efetuado por terceiros fraudadores – Hipótese em que o banco apelado concorreu para a fraude, ante falha em seu sistema de segurança, que permitiu o acesso a dados**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71



fls. 11  
**RIFAINA**  
A cidade que a gente faz!  
Governo 2017/2020

**pessoais do apelante** – Banco apelado que não se desincumbiu suficientemente de seu ônus probatório, previsto no artigo 373, inciso II, do CPC – Casa bancária que responde objetivamente por danos relativos a fraude, nos termos da Súmula 479 do STJ – Valores indevidamente cobrados na fatura do cartão de crédito do apelante, que devem ser integralmente restituídos de forma simples – Falha na prestação dos serviços que configura meros aborrecimentos – Não comprovado que o apelante tenha sofrido transtornos psicológicos ou abalo à sua honra e imagem – Dano moral não configurado – Sentença reformada – Ação julgada parcialmente procedente – Fixação de sucumbência parcial – Preliminar rejeitada – Recurso parcialmente provido.(TJ-SP - AC: 10039554420188260405 SP 1003955-44.2018.8.26.0405, Relator: Roque Antonio Mesquita de Oliveira, Data de Julgamento: 16/04/2019, 18ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/04/2019)

**RESPONSABILIDADE CIVIL** – Contrato bancário – Conta corrente - Transferências de valores realizadas sem o conhecimento do correntista, mediante ação fraudulenta de terceiro – **Autor alega que, após receber um telefonema de uma pessoa que se passou por funcionário do Banco-réu, e que tinha informações sigilosas suas, foi orientado a entrar num site de suporte do Banco em que foi solicitado seu "token", ocorrendo dois desfalques de valores em sua conta corrente** – **Falha na prestação dos serviços bancários evidenciada** – **Responsabilidade civil do Banco-réu configurada** – Banco-réu responde pela falha no seu sistema de segurança, pois os fraudadores tiveram acesso às informações sigilosas pessoais do seu cliente – Aplicação da Súmula 479 do



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.318.995/0001-71



fls. 12  
**RIFAINA**  
A cidade que a gente faz!  
Governo 2017/2020

STJ – Excludente de responsabilidade (culpa exclusiva da vítima) não comprovada – Danos materiais devidos – Ação de indenização de danos materiais julgada procedente – Correção monetária a partir da data do efetivo prejuízo, nos termos da súmula 43 do STJ - Juros de mora de 1% ao mês contados da citação – Honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor final da condenação – Sentença reformada - Recurso provido.(TJ-SP - AC: 10147525720178260068 SP 1014752-57.2017.8.26.0068, Relator: Álvaro Torres Júnior, Data de Julgamento: 11/03/2019, 20ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/03/2019).

Nessa mesma linha, segue atual notícia publicada no site da AASP, onde o banco foi condenado a ressarcir cliente induzidos por hackers a transferir dinheiro. (DOC 4)

Segundo o que consta nos autos, portanto, resta claro que Instituição Financeira não adotou os cuidados que se pode esperar de pessoa que desenvolve sua atividade empresária no âmbito das operações financeiras.

## II - DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Percebe-se, outrossim, que a requerente deve ser beneficiada pela inversão do ônus da prova, pelo que reza o inciso VIII do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, tendo em vista que a narrativa dos fatos encontra respaldo nos documentos anexos, que demonstram a verossimilhança do pedido:

**"Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:**

**VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CNPJ 45.318.995/0001-71**

**quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;"**

Além disso, segundo o Princípio da Isonomia, todos devem ser tratados de forma igual perante a lei, mas sempre na medida de sua desigualdade. Ou seja, no caso ora debatido, o requerente realmente deve receber a supracitada inversão, visto que se encontra em estado de hipossuficiência, uma vez que disputa a lide com uma empresa de grande porte, que possui maior facilidade em produzir as provas necessárias para a cognição do Juízo.

## DOS PEDIDOS

Diante do exposto, serve a presente para requerer:

(i) Seja a **Ré** citada **por carta** para, no prazo de 15 dias, apresentar defesa, sob pena dos efeitos da revelia, e ao final, seja a presente demanda julgada **TOTALMENTE PROCEDENTE**;

**(ii) CONDENAR** a **Ré** a indenizar o **Autor** no valor do desfalque **R\$ (XXXX)**;

**(iii) Requer seja determinada a aplicação do CDC com a INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**, nos termos do artigo 6º, inciso VIII da Lei 8.078/90;

(iv) Por fim requer seja condenada a **Ré** ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios nos termos do artigo 20 do CPC;

(v) A produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente a documental, testemunhal, além do depoimento pessoal do representante legal do Banco Réu, sob pena de confissão, bem como outras que se fizerem necessárias ao deslinde da causa.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CNPJ 45.318.995/0001-71**



fls. 14  
**RIFAINA**  
A cidade que a gente faz!  
Governo 2017/2020

Atribui-se à causa o valor de R\$ 123.488,37 (cento e vinte e três, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos)

**Pede deferimento.**

**Rifaina, 19 de junho de 2019.**

MARCELA RODRIGUES VILELA  
OAB/SP Nº 300.429  
PROCURADORA DO MUNICIPIO DE RIFAINA